

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital de Barueri Dr. Francisco Moran

CNPJ nº 61.699.567/0018-30

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30.04.2021. São Paulo, 28.04.2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Demonstrações Contábeis - Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2020	2019
Ativo Circulante	126.250.927,07	124.938.985,81
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	16.590.978,36	11.860.235,23
Bancos conta movimento (nota 3.1)	487,00	2,00
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	16.590.491,36	11.860.233,23
Cliente e Outros Recebíveis Saúde	106.678.642,13	111.288.013,47
Clientes	105.779.052,33	110.380.636,45
Prefeitura Municipal de Barueri (nota 3.3.1)	92.239.956,43	96.027.503,99
Valores em Negociação - Contrato Convênio (nota 3.3.2)	13.539.095,90	14.353.132,46
Outros Créditos (nota 3.4)	899.589,80	907.377,02
Adiantamentos a fornecedores	-	125.000,00
Antecipações salariais	407,68	1.080,43
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	326.722,04	306.886,51
Valores Transitáveis (nota 3.4.2)	10.889,86	10.889,86
Depósito judicial (nota 3.4.3)	561.328,00	463.278,00
Diferença de Salário	242,22	242,22
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.4.4)	10.085,12	8.911,71
Estoques (nota 3.5)	2.971.221,46	1.781.825,40
Estoques	2.957.182,46	1.773.419,65
Estoques de terceiros	14.039,00	8.405,75
Ativo não Circulante	9.304.481,96	9.989.549,28
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	9.241.823,25	9.895.477,09
Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.6)	11.406.340,50	10.850.730,45
Instalações/Edificações (nota 3.6)	435.236,65	435.236,65
Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Terceiros (nota 3.6.1)	(2.477.123,13)	(1.311.382,88)
Ajuste Vida Útil Econômica - Instalações/Edificações (nota 3.6.1)	(122.630,77)	(79.107,13)
Ativo Intangível	62.658,71	94.072,19
Intangível de Terceiros (nota 3.6)	157.067,70	157.067,70
Ajuste Vida Útil Econômica - Intangível Terceiros (nota 3.6.1)	(94.408,99)	(62.995,51)
Total do Ativo	135.555.409,03	134.928.535,09

Passivo		
	2020	2019
Passivo Circulante	118.816.556,52	117.579.428,09
Fornecedores (nota 3.7)	3.378.386,09	3.595.409,35
Serviços de Terceiros	-	-
Pessoa Jurídica/Física (nota 3.8)	5.834.142,87	9.093.579,16
Salários a pagar (nota 3.9)	2.993.753,58	2.930.057,04
Contribuições a recolher (nota 3.10)	775.549,75	743.804,61
Provisão de Férias (nota 3.11)	4.966.392,48	4.591.532,74
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.11)	396.978,72	366.849,38
Empréstimo a	-	-
Funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.12)	9.536,79	757,73
Impostos a Recolher	437.108,85	616.174,96
Acordo Trabalhista a pagar	-	57.819,00
Benefícios	13.255,42	7.147,73
Obrigações Tributárias (nota 3.13)	660.029,17	841.895,58
Outras contas a pagar (nota 3.14)	2.786,54	-
Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.15)	26.749,22	5.992,24
Valores Transitáveis	19.054,13	18.197,56
Estrutura SPDM	-	788.032,52
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.16)	99.302.832,41	93.922.178,49
Passivo não Circulante	17.552.889,07	17.349.107,00
Provisão de Despesa	-	-
Processo Trabalhistas (nota 3.17.1)	112.090,81	186.407,98
Imobilizado - Bens de terceiros	11.998.644,85	11.443.034,80
Ajuste vida útil econômica - Bens de terceiros (2.694.162,89)	(1.453.485,52)	-
Valor Estimado Rescisão do Contrato (nota 3.18)	8.136.316,30	7.173.149,74
Total do Passivo	136.369.445,59	134.928.535,09
Patrimônio Líquido (Nota 5)	(814.036,56)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(814.036,56)	-
Resultado do Exercício (Nota 6)	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	135.555.409,03	134.928.535,09

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Descrição	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	(814.036,56)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	4.601.584,12	(24.880.590,12)
(Aumento) Redução outros créditos	7.787,22	12.496,67
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(1.173,41)	(8.911,71)
(Aumento) Redução em estoques	(1.168.638,58)	1.099.525,38
Aumento (Redução) em fornecedores	(3.476.459,55)	(302.232,09)
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	6.343.820,48	38.160.242,17
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(762.140,59)	(4.563.407,08)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(685.067,32)	3.586.838,28
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	4.045.675,81	13.103.961,50
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	685.067,32	(3.586.838,28)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	685.067,32	(3.586.838,28)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	4.730.743,13	9.517.123,22
Saldo inicial de Caixa e equivalente	11.860.235,23	2.343.112,01
Saldo final de Caixa e equivalente	16.590.978,36	11.860.235,23

Comparativo das Demonstrações do Valor Adicionado		
Descrição	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	Dezembro/2020	Dezembro/2019
1 - Receitas	188.106.622,00	186.753.741,94
1.1) Prestação de serviços	167.625.239,47	168.413.243,55
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas	1.308.374,09	750.879,81
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	19.173.008,44	17.589.618,58
1.5) (-) Provisão Créditos Liquidação Duvidosa/Receitas anuladas	-	-
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	107.015.009,35	112.242.018,14
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	33.791.938,21	28.519.971,23
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	72.623.231,90	77.896.680,24
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	557.227,03	5.073.765,40
2.4) Outros	42.612,21	751.601,27
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	81.091.612,65	74.511.723,80
4 - Retenções	-	-
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido	81.091.612,65	74.511.723,80
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	10.923,76
6.1) Receitas financeiras	-	10.923,76
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	81.091.612,65	74.522.647,56
8 - Distribuição do Valor Adicionado	81.091.612,65	74.522.647,56
8.1) Pessoal e encargos	59.047.955,49	54.340.827,64
8.2) Impostos, taxas e contribuições	546,68	1.391,40
8.3) Juros	984,12	772,74
8.4) Aluguéis	2.869.117,92	2.590.037,20
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	19.173.008,44	17.589.618,58
8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais						
Descrição	Nota	Patri-mônio social	Avalia-ção Patri-monial	Realização de Transferência	Ajuste de Superávit/ Déficit	Superávit/ Déficit
Saldo 31.12.2018	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Realização da Avaliação Patrimonial Exercício Anteriores	-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-
Saldo 31.12.2019	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Realização da Avaliação Patrimonial Exercício Anteriores	-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	5	-	-	-	(814.036,56)	(814.036,56)
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-
Saldo 31.12.2020	-	-	-	-	-	(814.036,56)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 2020

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, de agora em diante, denominado HMBFM, voltou a ser gerenciado pela SPDM desde 14 de julho de 2017. O HMBFM é fruto de uma parceria entre a SPDM e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Barueri. A SPDM gerenciou o HMBFM no período de 05/2008 até 05/2013, época em que há registros de que o hospital era referência na saúde para região. O HMBFM é de média complexidade, com 288 leitos, que oferece à população da região atendimento diferenciado (consultas, exames, internações e cirurgias de média complexidade), por meio de encaminhamentos realizados pela Secretaria de Saúde de Barueri das Unidades Básicas de Saúde, nas clínicas de especialidades, nos prontos-socorros e nos serviços de Fisioterapia, estando plenamente inserido na rede assistencial de saúde. O HMBFM tem nível II de acreditação pela Organização Nacional de Acreditação de Hospitais (ONA). A unidade é gerenciada através do instrumento de Contrato de Gestão Nº 152/2017, celebrado em 04 de Maio de 2017, com renovação anual. A operacionalização da gestão e execução do 7º Termo de Aditamento foi no período de 12/07/2019 a 12/07/2020 no valor de R\$ 180.415.310,52, e, do 8º Termo de Aditamento no período de 13/07/2020 a 12/07/2021 está previsto no valor de R\$ 173.299.312,08. Tem por objetivo o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas por dia, no HMBFM, que assegure assistência universal e gratuita a população, em conformidade com os anexos que integram o instrumento de contrato de gestão celebrado. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentação das Demonstra-**

ções Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG 26 (R5) que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - (NBC T 2.1):** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran - Rua Angela Mirella, nº 354 - Jardim Barueri - Barueri - SP - CEP 06411-330 - CNPJ nº 61.699.567/0018-30. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos		
Receitas	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2020	2019
Receita Bruta de Serviços		
Prestados com Restrições (Nota 4)	186.798.247,91	186.002.862,31
Prefeitura Municipal de Barueri (nota 4.1)	167.620.677,42	167.666.307,77
Trabalho Voluntário (nota 10)	2.643,96	21.980,03
Estrutura SPDM	-	722.800,82
Isenção usufruída-INSS	-	-
Patronal Serviços Próprios (nota 9.1)	13.602.563,62	12.350.513,36
Isenção usufruída-INSS	-	-
Patronal Serviços Terceiros (nota 9.2)	-	1.238,01
Isenção usufruída - COFINS (nota 9.3)	5.028.620,33	5.029.989,22
Isenção usufruída - PIS (nota 9.4)	541.824,49	207.878,17
Trabalho Voluntário Estatutário (nota 10)	1.918,09	2.154,93
(+) Outras Receitas com Restrições	1.308.374,09	761.803,81
Outras Receitas	1.004.808,60	750.879,81
Descontos Recebidos	-	10.923,76
Doações Recebidas (nota 4.3)	303.565,49	0,24
(-) Receita Líquida com Restrições	188.106.622,00	186.764.665,70
Custos e Despesas		
(-) Custo Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	160.077.096,33	153.938.645,10
(-) Serviços - Pessoal Próprio	47.641.882,72	38.950.719,44
(-) Serviços de Terceiros	66.788.087,02	73.182.533,41
(-) Manutenção e Conservação	-	3.657.612,29
(-) Mercadorias	33.791.938,21	28.519.971,23
(-) Isenção usufruída (nota 9)	11.855.188,38	9.627.690,24
(-) Outros Custos com Restrições	329.000,00	-
(-) Custos Financeiros	-	-
(-) Custos Bens Permanentes de Terceiros	329.000,00	-
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	27.700.525,67	32.826.020,60
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	27.700.525,67	32.826.020,60
(-) Serviços - Pessoal Próprio	11.401.510,72	15.365.973,24
(-) Serviços - Terceiros	7.544.124,60	6.254.419,98
(-) Manutenção e Conservação	-	-
(-) Mercadorias	1.160.138,20	1.049.764,05
(-) Financeiras	43.596,33	752.255,52
(-) Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	-	1.416.153,11
(-) Tributos	546,68	1.391,40
(-) Trabalho Voluntário (nota 10)	2.643,96	21.980,03
(-) Isenção usufruída - (nota 9)	7.317.820,06	7.961.928,34
(-) Trabalho Voluntário Estatutário (nota 10)	1.918,09	2.154,93
(-) Despesas Bens Permanentes de Terceiros	228.227,03	-
(=) Superávit/Déficit com Restrições	-	-

...continuação médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2020 são de R\$ 2.971.221,46.

	Valores em Reais	
Tipo	31.12.2020	31.12.2019
Materiais do setor de Nutrição	53.251,69	86.591,92
Materiais do setor de Farmácia	1.178.823,51	750.258,25
Materiais de Almoxarifado	1.725.107,26	936.569,48
Empréstimos de materiais a terceiros	14.039,00	8.405,75
Total	2.971.221,46	1.781.825,40

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.6 – Imobilizado:** O imobilizado do HMDFM é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2020

Descrição	Posição em 31/12/2019		Transferência Baixa	Posição em 31/12/2020	
	Posição em 31/12/2019	Aquisição		Posição em 31/12/2020	Ajustes %
Imobilizado – Bens de Terceiros – Bens Móveis	11.443.034,80	625.610,05	70.000,00	11.998.644,85	
Aparelhos Equipamentos Utensílios					
Médico Odontológico Laboratorial	5.098.601,86	128.955,49	-	5.227.557,35	
Equipamento Processamento de Dados	190.877,46	173.361,79	70.000,00	294.239,25	
Mobiliário em Geral	4.583.221,38	287.611,71	-	4.870.833,09	
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	969.959,75	30.681,26	-	1.000.641,01	
Equipamentos para Audio Vídeo e Foto	7.650,00	4.999,80	-	12.649,80	
Outros Materiais Permanentes	420,00	-	-	420,00	
Instalações	435.236,65	-	-	435.236,65	
Softwares	157.067,70	-	-	157.067,70	
					Taxas anuais
					médias –
					Ajustes %

Descrição Ajuste de Vida Útil Econômica – Bens de Terceiros – Bens Móveis

Descrição	Posição em 31/12/2019		Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2020	
	Posição em 31/12/2019	Baixa		Posição em 31/12/2020	Ajustes %
Bens de Terceiros – Bens Móveis	(1.453.485,52)	-	(1.240.677,37)	(2.694.162,89)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios					
Médico Odontológico Laboratorial	(551.666,05)	-	(522.637,72)	(1.074.303,77)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(52.180,24)	-	(61.938,05)	(114.118,29)	20
Mobiliário em Geral	(623.854,97)	-	(480.766,15)	(1.104.621,12)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(83.519,87)	-	(99.174,63)	(182.694,50)	10
Equipamentos para Audio Vídeo e Foto	(63,75)	-	(1.181,70)	(1.245,45)	20
Outros Materiais Permanentes	(98,00)	-	(42,00)	(140,00)	10
Instalações	(79.107,13)	-	(43.523,64)	(122.630,77)	10
Softwares	(62.995,51)	-	(31.413,48)	(94.408,99)	20

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, “A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisará e ajustará os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização” **3.6.1 - Ajuste Vida Útil Econômica – Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.7 – Fornece-dores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.8 – Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceira pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, consultoria e auditoria, serviços de remoções, etc. **3.9 – Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT – Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal-mente das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.10 – Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.11 – Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

Descrição **31.12.2020** **31.12.2019**

Provisão de Férias 4.966.392,48 4.591.532,74

Provisão de FGTS sobre Férias 396.978,72 366.849,38

3.12 – Empréstimos a Funcionários: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A Instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2020 representa R\$ 9.536,79 (nove mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta e nove centavos). **3.13 – Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de INSS, ISS, IRPJ e PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar, em 2020 representam R\$ 660.029,17 e em 2019 R\$ 841.985,58. **3.14 – Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. **3.15 – Empréstimos Materiais de Terceiros:** Em 2020 a unidade HMBFM, registrou um valor de R\$ 26.749,72 (vinte e seis mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), referente a materiais adquiridos de terceiros, para compor o atendimento emergencial da unidade, os mesmos integram o estoque e são registrados nas contas de ativo e passivo circulante. **3.16 – Convênios / Contratos Públicos a Realizar (Circulante):** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2020 representa R\$ 99.302.832,41 (noventa e nove milhões, trezentos e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos). **3.17 – Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17.1 – Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em “provável”, “possível” e “remota”, no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Não houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como “provável”. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como “provável”, o valor apurado foi de R\$ 448.538.199,95 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e noventa e nove reais e cinco centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2020, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como “provável” no montante de R\$ 112.090,81 (cento e doze mil, noventa reais e oitenta e um centavos), e para ações onde a possibilidade de perda era tida como “possível”, o montante chegou a R\$ 4.582.082,58 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

SPDM - Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran

Contingências - Passivas					
Trabalhista		Cível		Tributária	
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
112.090,81	4.582.082,58	-	448.538.199,95	-	-

3.18 – Estimativa de Rescisão Contratual: A Entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas passivo e resultado, em caso de rescisão unilateral por parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31/12/2020, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Descrição	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio indenizado	R\$ 3.798.093,38	R\$ 3.406.197,53
Multa 50% FGTS	R\$ 4.338.222,92	R\$ 3.766.952,21
TOTAL	R\$ 8.136.316,30	R\$ 7.173.149,74

Para o exercício de 2021 a instituição pretende realizar a estimativa de rescisão coletiva de trabalho, trimestralmente, com base nos relatórios fornecidos pela Administração de Pessoal, levando em consideração o Aviso Prévio Indenizado e a multa de 50% do FGTS. **4 – Origens e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 – Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 – Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada

“Convênios/Contratos Públicos à Realizar”, em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2020 tais valores representam o montante de R\$ 187.958,40 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos). **4.2 – Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da Instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à Instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 – Doações:** No exercício de 2020 a unidade gerenciada recebeu o valor 214.967,69 a título de doações em materiais, como máscaras descartáveis de proteção, álcool atílico, álcool em gel 70% INPM, álcool em gel 70% INPM, álcool 70% antisséptico, com finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia COVID-19. As doações pertinentes a bens permanentes (equipamento médicos) e mercadoria de estoque, representam o valor R\$ 88.597,80. **4.4 – Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2020, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Municipais de R\$ 176.597.388,71 (cento e setenta e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos), conforme quadro abaixo:

Receitas Efetivas 2020

CNPJ nº 61.699.567/0018-30

Contrato de Gestão	R\$
152/2017 - T.A 07/2019	95.204.811,15
152/2017 - T.A 08/2020	81.392.577,56
Total	176.597.388,71

5 – Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”. **6 - Resultado Operacional (Subvenção):** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa “zero”. A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 177.128.642,42; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.496.398,23; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 168.929.051,51; encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 9.695.989,14. **7 – Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran apresentou a seguinte produção em 2020:

Produção 2020

Tipo de Atendimento	Quantidade
Atendimento não Médico	24.345
Consulta médica	101.730
HD/Cirurgia ambulatorial	4.933
Diárias de Uti - Total	12.834
Internação / Atendimento Domiciliar	-
Nº de Cirurgias	6.755
Nº de paciente dia	n/a
nº de Partos	771
Saída Hospitalar	16.663
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	5.926
SADT - TOTAL (SIA + SIH)	1.186.112
Nefro-dialítico	33.402

8 – Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Assistência Hospitalar	Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020				Total	
	1º Semestre Contratado	2º Semestre Realizado	1º Semestre Contratado	2º Semestre Realizado	1º Semestre Contratado	2º Semestre Realizado
Total	7.920	6.721	7.920	7.639	15.840	14.360
Hospital Dia						
Total	2.400	1.450	2.400	2.229	4.800	3.679
Ambulatório						
Total	125.220	80.586	125.220	129.162	250.440	209.748
Pronto Atendimento						
Total	12.000	9.642	10.316	9.607	22.316	19.249
Hemodiálise						
Total	18.900	17.501	18.900	17.201	37.800	34.702
Quimioterapia						
Total	1.080	1.383	1.080	972	2.160	2.355
Avaliação Neurológica						
Total	1.500	1.110	1.220	1.477	2.720	2.587
Programa de Internação Domiciliar - P.I.D						
Total	600	659	600	642	1.200	1.301
S.A.D.T (Externo)						
Total	42.000	13.529	10.007	13.160	52.007	26.689

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020

Receitas	Custeio	Investimento	Outras Receitas	Total
Recursos Públicos Recebidos/Outras Receitas	176.597.388,71	-	187.958,40	176.785.347,11
Despesas	Custeio	Investimento	Pessoal	Total
Gastos Gerais / Despesas do Exercício	114.426.507,90	-	57.712.867,77	172.139.375,67

9 – Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos no Artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de Janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou: R\$ 19.173.008,44 (dezenove milhões, cento e setenta e três mil, oito reais e quarenta e quatro centavos). Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu Artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea “d”) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea “C”). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, PIS e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1 – Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 13.602.563,62 Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 12.350.513,36. **9.2 – Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo no exercício 2020 foi R\$ 0,00 e em 2019 atingiu um montante de R\$ 1.238,01. **9.3 – Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 5.028.620,03. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R\$ 5.029.989,22. **9.4 – Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento:** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de

continua...

...continuação Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/Sp - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento. A isenção do Programa de Integração Social (PIS) também está baseada na condição filantrópica da Entidade. Classificada em conta específica no montante de R\$ 541.824,49, referente ao exercício de 2020. **10 – Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos inte-

grantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos

voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou 1.918,09; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 2.643,96. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou 2.154,93; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 21.980,03. **11 – Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12 – Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Barueri, 31 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apro-

priada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

LA TERMOPLASTIC FBM S.A.

CNPJ nº 01.608.977/0001-59

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 31/12/2019 (Em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		2020	2019
Ativo / Circulante		20.179.312	13.365.391
Caixa e equivalentes de caixa		441.462	1.068.892
Contas a receber de clientes		12.122.070	5.124.257
Estoques		7.013.778	6.329.674
Impostos a recuperar		444.192	618.224
Outros ativos		157.810	224.344
Não circulante		12.553.147	12.330.244
Realizável a longo prazo			
Outros ativos		320.522	358.183
Reservas de lucros		17.751.714	12.954.749
Imobilizado		12.192.140	11.943.111
Intangível		40.485	28.950
		<u>12.232.625</u>	<u>11.972.061</u>
Total do ativo		32.732.459	25.695.635
Passivo e patrimônio líquido		2020	2019
Circulante		5.980.745	3.740.886
Fornecedores		2.121.085	1.265.582
Tributos a recolher		2.139.954	671.188
Pessoal		314.419	255.293
Juros sobre capital próprio		904.027	1.069.377
Outros passivos		501.261	379.446
Patrimônio líquido		26.751.714	21.954.749
Capital subscrito		9.000.000	9.000.000
Reservas de lucros		17.751.714	12.954.749
Total do passivo e patrimônio líquido		32.732.459	25.695.635

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais: A La Termoplastic F.B.M S.A. (Empresa) foi constituída em 30 de julho de 1996, tendo por propósito específico e objeto social a industrialização e comercialização de cabos, alças, poméis, suportes metálicos e para chamas em alumínio para painéis. O exercício social da empresa compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. A Empresa é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Sorocaba-SP. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08/04/2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o NBC TG 1000 – R1 (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor ajustadas refletindo remensurações ao valor justo quando aplicável. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o NBC TG 1000 – R1 requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda estrangeira:** (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação. (b) Operações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante quando existentes. **2.4 Instrumentos financeiros básicos:** São reconhecidos inicialmente na data de negociação quando a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros são medidos pelo custo amortizado. A Empresa tem os seguintes instrumentos financeiros básicos: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Fornecedores". **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão-de-obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques

são avaliados quanto seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização do valor líquido, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.7 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Prédios e benfeitorias - 25 anos; • Máquinas e equipamentos - 7 anos; • Veículos - 5 anos; • Móveis, utensílios - 10 anos; • Moldes - 7 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienação são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.8. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem indícios de perda do valor recuperável (impairment). **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias correspondentes. **2.12 Capital social:** A totalidade das ações são classificadas diretamente no patrimônio líquido. **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir. (a) Venda de cabos, alças, poméis, suportes metálicos e para chamas em alumínio para painéis. A Empresa vende cabos de baquelite de fabricação própria e adquiridos para revenda, bem como alças, poméis, suportes metálicos e para chamas em alumínio para painéis. As vendas são reconhecidas no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual assume os riscos e benefícios do mesmo. A entrega somente ocorre quando a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. (b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.14 Imposto de renda, contribuição social corrente e diferido:** As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido (quando existir). O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social, são calculados com

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital social	Reserva de lucros	Total
Em 1º de janeiro de 2019	9.000.000	11293.754	20.293.754
Lucro líquido do exercício	–	3.919.087	3.919.087
Juros sobre capital próprio	–	(1.258.091)	(1.258.091)
Distribuição de lucros e dividendos	–	(1.000.000)	(1.000.000)
Em 31 de dezembro de 2019	9.000.000	12.954.750	21.954.750
Lucro líquido do exercício	–	5.860.526	5.860.526
Juros sobre capital próprio	–	(1.063.561)	(1.063.561)
Em 31 de dezembro de 2020	9.000.000	17.751.715	26.751.715

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
	2020	2019	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	8.301.035	5.263.201	
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	8.301.035	5.263.201	
Ajustes não envolvendo caixa	–	–	
Depreciação e amortização	2.283.581	2.012.522	
Valor contábil dos ativos imobilizado e investimentos baixado	3.660	16.600	
Constituição créditos de liquidação duvidosa	(28.217)	(500)	
	10.560.058	7.291.823	

Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	(6.969.595)	675.098	
Estoques	(684.103)	(1.033.170)	
Outros ativos	104.195	(131.132)	
Impostos a recuperar	174.032	(216.732)	
Fornecedores	755.503	719.372	
Pessoal	67.906	(27.257)	
Tributos a recolher	1.468.766	85.648	
Juros sobre capital próprio	(165.351)	(44.628)	
Outros passivos	113.034	96.364	
Caixa gerado nas operações	5.424.446	7.415.385	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.440.510)	(1.344.114)	
Caixa líquido gerado/atividades operacionais	2.983.936	6.071.271	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(2.547.805)	(4.095.972)	
Aquisições de bens/ativo imobilizado e intangível	(2.547.805)	(4.095.972)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	–	(1.000.000)	
Distribuição de lucros	–	(1.000.000)	
Juros sobre capital próprio	(1.063.561)	(1.258.091)	
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(627.429)	(282.793)	
Caixa e equivalentes de caixa/início do exercício	1.068.892	1.351.685	
Caixa e equivalentes de caixa/final do exercício	441.462	1.068.892	

base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **2.15 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Empresa é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada. **2.16 Demais receitas e despesas/custo:** As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Empresa faz estimativa e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis da Empresa são revisadas anualmente e referem-se à "provisões", se existir, de perdas para crédito de liquidação duvidosa e estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa a expõe a riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro da Empresa, segundo as políticas aprovadas pelos quotistas da Empresa. O departamento financeiro da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha e com alta remuneração em título de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de uma realização contínua de análise de crédito. **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro da Empresa em conjunto com a contabilidade e reportada aos quotistas da Empresa. O pessoal responsável monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Diretor Presidente - **Patrizio Munari**
Diretor Vice Presidente - **Maurício Ariboni**
Contador - **Sueli Aguilar Toratti** - CRC 1SP 237613/O-3